



Escola de Cidadania e Governança Pública

Relatório a partir da experiência de trabalho da equipe
Oficina Municipal no desenvolvimento do programa.

2024-2025



Abertura



No início da década de 1990, comecei a ouvir pela primeira vez o tema relacionado à governança corporativa. Este assunto foi ganhando relevância a partir de problemas que atingiram em cheio os fundos de pensão nos Estados Unidos da América.

Todos sabem que os fundos de pensão são as organizações que detêm os maiores volumes de recursos financeiros no país. Um caso emblemático foi o da Enron Corporation, considerada uma empresa rentável e aparentemente sólida. Porém, as falcatruas envolvendo a alta direção e a empresa de auditoria independente resultaram na perda de 70 bilhões de dólares para os investidores.

O lado triste dessa história é que, entre os principais prejudicados, estavam os fundos de pensão que administravam recursos oriundos de trabalhadores organizados para garantir a sobrevivência na velhice. De um dia para o outro, esses trabalhadores viram evaporar o dinheiro depositado com tanto sacrifício, por causa da má-fé de algumas pessoas mal-intencionadas.

Para evitar problemas semelhantes ao da Enron Corporation, o conceito de governança corporativa começou a ganhar força no mercado de capitais. O movimento inicial partiu dos Fundos de Pensão da Califórnia, que buscavam mais segurança em seus investimentos, já que haviam sido os maiores prejudicados pelos acontecimentos passados.

Assim, o conceito de governança corporativa se espalhou por todo o mundo, inclusive no Brasil. Naquela época, ouvi de pessoas ligadas ao mercado de capitais que empresas que adotavam as melhores práticas de governança eram sobrevalorizadas em até 30% quando comparadas a empresas do mesmo setor que ainda não haviam implementado tais práticas.

O mercado de capitais aprendeu rapidamente a importância da governança corporativa. Ela passou a ser vista não apenas como meio de proteção dos investimentos, mas também como forma de maximizar o crescimento sustentável das organizações.

A pergunta que faço é: será que a governança pública tem a mesma relevância para a sociedade como a governança corporativa tem para as empresas?

Eu acredito que a governança pública é de suma importância para o desenvolvimento sustentável das cidades, dos estados e da nação. Fico admirado que isso tenha sido considerado 37 anos atrás pela Assembleia Constituinte.

A Constituição promulgada em 1988 criou os Conselhos Municipais, compondo-os com a participação de membros do governo e da sociedade civil. Temos que reconhecer o excelente trabalho da Assembleia Constituinte, que desde então oficializou a democracia participativa em nosso país. Os conselhos municipais são estruturas fundamentais para o exercício dessa democracia em nossas cidades.

Mas, apesar de terem sido criados com tanto brilhantismo, infelizmente, por falta de entendimento de sua relevância por parte da sociedade, os conselhos municipais não funcionam bem. É verdade que alguns funcionam satisfatoriamente, mas são poucos diante dos 5.571 municípios do Brasil.

A maior parte dos conselhos municipais foi criada apenas para cumprir protocolos legais. Estão longe, porém, de performar com todo o potencial que possuem. Ainda não aprendemos a usá-los como ferramenta de governança pública, da mesma forma que muitas empresas do mercado de capitais têm feito com a governança corporativa.

Aqui em Pompeia, depois de termos cocriado os 11 pontos da Visão 2038, formamos alguns comitês para estudar com mais profundidade esses temas.

O Comitê de Cidadania escolheu o ponto 2 do projeto Pompeia - Visão 2038, que diz: “Os moradores exercem cidadania plena, participando da elaboração, da execução e do controle de políticas públicas.” Esse ponto reforça a importância do engajamento dos moradores nos temas relacionados às políticas públicas.

Entendemos que, sem o engajamento das pessoas, nada será realizado. Portanto, o desafio era encontrar meios de engajar a população, capacitando-a para atuar em áreas relacionadas às políticas públicas – sendo uma delas os conselhos municipais.

Na cidade de Pompeia, havia 13 conselhos municipais oficialmente criados, envolvendo cerca de 150 conselheiros. Decidimos usar essas estruturas já existentes e investir nelas, a fim de melhorar o engajamento da população.

O Comitê de Cidadania, através de seu trabalho de pesquisa, fez contato com a Oficina Municipal. A partir desse relacionamento, foi criado o programa de capacitação de conselheiros municipais, com duração de 18 meses. O programa foi bem-sucedido e, com muita alegria, formamos 115 pessoas da cidade de Pompeia e região.

O resultado foi tão positivo que nos motivou a dar continuidade ao projeto.

Então, no primeiro semestre de 2024, iniciamos a segunda turma do programa Escola de Cidadania e Governança Pública. Neste grupo, estamos formando 104 pessoas de Pompeia e de várias cidades da região.

Estamos convictos de que o conteúdo transmitido pelos melhores professores de políticas públicas, criteriosamente selecionados pela Oficina Municipal, tem contribuído para oferecer aos alunos uma boa preparação para o exercício da cidadania.

Tem sido, para nós, motivo de muita alegria e satisfação desenvolver este trabalho com a Oficina Municipal. O alinhamento de propósito, focado na educação política, e a crença na democracia participativa são temas que nos unem. E não apenas isso, mas também o desejo genuíno de contribuir para o desenvolvimento de uma cidade, de um estado e de uma nação mais ética, pacífica, ordeira e próspera.

Agradecemos ao José Mario, ao Eder e à equipe da Oficina Municipal; ao Eduardo Almeida e equipe do Instituto de Desenvolvimento Familiar Chieko Nishimura; à Prefeitura Municipal; ao Grupo Visão 2038; e ao Grupo Jacto, que viabilizou a execução do projeto.

Feliz a nação cujo Deus é o Senhor.
(Salmos 33:12)



**JORGE
NISHIMURA**

Presidente
**Instituto de Desenvolvimento
Familiar Chieko Nishimura**

A Cidadania e a Governança Pública são realidades que decorrem de convivência comunitária e do compromisso social. Os encontros cotidianos entre as pessoas nos contextos familiares, nos círculos de amizade e nos ambientes religiosos tendem a se transformar em ações concretas em favor do bem comum de uma cidade, estado ou país.

Vale lembrar que o bem comum compreende o conjunto das condições sociais necessárias para que as pessoas e os grupos sociais se desenvolvam integralmente. O desenvolvimento integral compreende aspectos materiais como acesso à água, alimentos e moradia, bem como, os bens relativos ao espírito humano tais como a educação, a cultura e o trabalho.

Em outras palavras, a promoção da dignidade da pessoa humana constitui a tarefa fundamental da Política e do Estado. Neste sentido, a Política não se restringe à disputa pelo poder ou à defesa de interesses particulares. Fazer Política é exercitar a arte do diálogo solidário e da amizade social em favor da liberdade, da justiça e da paz.

O compromisso político com a comunidade pressupõe uma visão integradora das diversas realidades sociais. Para tanto é necessária uma abertura às pessoas e uma disponibilidade para o convívio plural. A Cidadania e a Governança Pública definem um campo de troca, diálogo e corresponsabilidade, onde os sujeitos não apenas coexistem, mas constroem juntos projetos, programas e políticas públicas fundamentais.

A Escola de Cidadania e Governança Pública de Pompeia nasceu das convicções acima apontadas e assumiu a missão da formação de atores sociais e políticos. Além da transmissão de conhecimentos técnicos a Escola oferece experiências de engajamento e ação colaborativa de vários setores da sociedade do Município e da Região.

Além disso, trata-se de um espaço intersetorial onde se dá a articulação ativa entre governos, iniciativa privada e organizações da sociedade civil. Isso porque os desafios contemporâneos ultrapassam os limites institucionais dos setores público e privado e só podem ser enfrentados por meio da cooperação e da integração.

Desde 2021 a experiência que vem se desenvolvendo em Pompeia tem demonstrado que é fundamental fortalecer os Conselhos Municipais, os Fóruns de Debates, as Conferências de Políticas Públicas e outros espaços de gestão pública participativa. Mostrou também que a participação cidadã precisa ser ampliada para incluir múltiplos formatos e canais de governança, capazes de articular interesses diversos em favor de objetivos comuns.

Partindo do diagnóstico das realidades locais vem se construindo em Pompeia redes permanentes de colaboração social com uma perspectiva de médio e longo prazo. Desta forma é possível cultivar uma nova cultura política orientada pela

transversalidade e pela interdisciplinaridade. Deste modo os gestores das políticas públicas passam a dialogar e oferecer respostas mais efetivas aos desafios sociais, econômicos e ambientais.

O currículo da Escola vem se aperfeiçoando para formar lideranças capazes de articular conhecimentos, construir consensos e agir com sensibilidade. O desenvolvimento não é uma meta tecnicamente estabelecida, mas um processo contínuo, criativo e sustentável.

Os encontros presenciais, as dinâmicas de grupo e os exercícios práticos oferecidos pela Escola criam espaços onde o aprendizado acontece na experiência do encontro e do diálogo respeitoso. A formação para a cidadania ativa implica uma boa compreensão das estruturas políticas, bem como, o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Este Relatório tem como objetivo relatar a experiência da Escola de Cidadania e Governança Pública para que ela possa se difundir em outras cidades. Neste momento em que muitas pessoas têm uma percepção negativa da política em função dos erros, da corrupção e da ineficiência do Estado, vemos nos relatos aqui reunidos que é possível uma convivência humana ética onde cada pessoa se reconhece como agente de mudança.

A política é uma expressão nobre da caridade que vai além das famílias e comunidades mais íntimas. O cuidado com as pessoas de nossa cidade, especialmente os grupos mais vulneráveis, é uma tarefa permanente. A verdadeira caridade reúne duas dimensões: a mística e a institucional que compreende escolas, empresas, direito, técnica, profissões, a ciência e a administração pública. Caridade não é sentimentalismo, mas generosidade concreta e doação consciente e comprometida de si mesmo em favor do próximo.

A experiência da Escola de Cidadania e Governança Pública de Pompeia espera dar o testemunho do engajamento social fundado na esperança que não decepciona. O encontro entre a cidadania e a governança pública delimita um caminho seguro para concretização do bem comum fundado na convivência comunitária e no compromisso social.



**JOSÉ MARIO
BRASILIENSE CARNEIRO**

Diretor-Presidente
Oficina Municipal

Cidadania e Governança Pública:

O futuro da boa política.

No Brasil, falar sobre política e gestão pública exige coragem e esperança. Coragem para enfrentar a descrença que ainda afasta tantos cidadãos do debate público. Esperança para acreditar que é possível construir novas pontes entre governos, sociedade civil, empresas e organizações do terceiro setor. Foi com essa coragem e essa esperança que, em 2024, iniciamos a segunda turma de uma jornada que começou dois anos antes em Pompeia e que ganhou novo nome, novas fronteiras e novas possibilidades: **Escola de Cidadania e Governança Pública**.

O novo nome não é mero detalhe estético. Ele traduz uma mudança profunda na forma de conceber o programa. Na primeira edição, entre 2022 e 2023, o foco esteve principalmente na formação de conselheiros municipais e na consolidação de fóruns permanentes, como os Fóruns Municipais de Primeira Infância e de Cultura. O esforço era fortalecer espaços já existentes de participação social. Agora, em 2024-2025, mantemos essa missão, mas abrimos um leque muito maior de possibilidades: a Escola passa a tratar de **múltiplos formatos de participação social e política**, desde os conselhos até conferências, fóruns temáticos, grupos de trabalho e outras instâncias de governança colaborativa.

Essa ampliação veio acompanhada de um movimento geográfico importante: a Escola, que nasceu com o olhar voltado exclusivamente para Pompeia, passa a integrar e dialogar com **cidades vizinhas**, criando uma rede de aprendizado e cooperação **intermunicipal**. É um passo ousado e coerente com o espírito do **Grupo Visão 2038**, que nos inspira a pensar no futuro não de forma isolada, mas como território integrado, onde desafios e soluções atravessam fronteiras administrativas.

O IDF - Instituto de Desenvolvimento Familiar Chieko Nishimura e o Grupo Jacto, parceiros fundadores desta caminhada, continuam a desempenhar um papel essencial. O investimento social privado é mais do que apoio financeiro: é a tradução prática de uma tendência global em que empresas e organizações assumem um papel protagonista no desenvolvimento territorial, trabalhando em conjunto com governos e sociedade civil para pensar e implementar políticas públicas. Segundo o mais recente Censo GIFE (2022), o investimento social privado no Brasil movimenta cerca de R\$ 5 bilhões por ano, e cada vez mais esse recurso se direciona a iniciativas estruturantes, como educação, participação cidadã e inovação na gestão pública. O que acontece em Pompeia é um caso exemplar desse movimento.

O calendário desta edição é robusto: foram 84 horas de atividades, distribuídas entre grupos focais, aulas on-line, workshops presenciais e eventos estratégicos. Mas, mais do que a carga horária, importa a densidade da experiência: encontros mensais presenciais no IDF, que se transformam em pontos de convergência para líderes comunitários, gestores, jovens e cidadãos interessados. O contato direto, a troca de olhares, o reconhecimento mútuo e o exercício prático da cidadania são ingredientes indispensáveis da metodologia.

Ao longo de 2024 e 2025, o curso atravessou momentos cruciais da vida política das cidades participantes. Ele começou em pleno ano eleitoral, oferecendo aos participantes uma oportunidade única de discutir eleições e partidos políticos não apenas como espectadores, mas como protagonistas conscientes do direito e do dever do voto. E se estendeu até o período de transição de governos municipais, preparando lideranças para preservar vitórias democráticas e assegurar continuidade de políticas públicas.

Por tudo isso, esta apresentação é mais do que um prólogo: é um convite. Um convite a conhecer a história e os bastidores de um programa que se propõe a ser, ao mesmo tempo, **escola, laboratório e rede**. Uma iniciativa que honra o passado recente, mas que olha firmemente para o futuro — um futuro onde a cidadania é ativa, a governança é compartilhada e o desenvolvimento é construído de forma coletiva e duradoura.

Equipe Oficina Municipal



Sobre o programa



1. A Evolução da Iniciativa

Quando a primeira turma começou, em 2022, nosso objetivo era claro: fortalecer os Conselhos Municipais de Pompeia. Essa escolha fazia sentido. Os conselhos são instrumentos institucionais já previstos na legislação, com capacidade de aproximar cidadãos das decisões públicas e de oferecer legitimidade às políticas adotadas pela Prefeitura. Trabalhamos, então, para formar conselheiros, consolidar fóruns permanentes e criar metodologias que qualificassem o debate e a tomada de decisão.

Os resultados desse biênio inicial foram expressivos. Conseguimos institucionalizar fóruns relevantes, como o **Fórum Municipal da Primeira Infância** e o **Fórum de Cultura**, experiências pioneiras que uniram sociedade civil, iniciativa privada, governo e legislativo em torno de agendas comuns. Também vimos crescer o engajamento de cidadãos que, antes, não se viam como parte do processo político. Foi uma prova concreta de que a capacitação e a organização social podem influenciar diretamente as prioridades e estratégias de um governo.

Mas o próprio sucesso dessa etapa nos mostrou que era hora de ir além. A experiência revelou que a participação cidadã não se esgota nos conselhos municipais. Fóruns temáticos, conferências, consórcios intermunicipais, comitês comunitários e iniciativas híbridas de governança são igualmente relevantes e, em muitos casos, mais ágeis e inovadores. Decidimos, portanto, abrir o leque e contemplar todos esses formatos, integrando no currículo temas e práticas que ampliam as formas de participação política e social.

Essa mudança de foco trouxe outra consequência natural: a **expansão geográfica**. Ficou claro que os desafios enfrentados por Pompeia não são exclusivos. Municípios vizinhos como Marília, Oriente, Paulópolis, Piacatu, Quintana, Herculândia e Tupã, vivem realidades semelhantes e, juntos, podem trocar experiências, compartilhar recursos e articular políticas regionais. Assim, a Escola passou a ser, também, um espaço de diálogo **intermunicipal**, no qual lideranças de diferentes cidades se encontram, aprendem e constroem soluções em rede. No mundo contemporâneo, problemas públicos raramente se limitam aos limites administrativos de um município. Questões como mobilidade, saúde, segurança, meio ambiente e educação exigem cooperação entre cidades, algo que ganha força quando existe um espaço formativo que promove o conhecimento técnico, o diálogo e a confiança mútua entre atores de diferentes localidades.

A evolução da iniciativa também se reflete no conceito de governança, que ganhou protagonismo. Não falamos mais apenas de participação; falamos de como diferentes setores da sociedade — público, privado e terceiro setor — **governam juntos**. Essa é a essência do novo nome: **Escola de Cidadania e Governança Pública**. Aqui, cidadania significa engajamento informado e ativo, e governança significa a capacidade de articular, negociar e implementar soluções de forma colaborativa e sustentável.

Outro avanço importante foi a ampliação e o refinamento da **curadoria de conteúdos e docentes**. Mantivemos a exigência de convidar especialistas com sólida formação acadêmica — mestres e doutores em administração pública, ciência política, direito, gestão e áreas correlatas — mas buscamos também diversificar experiências, trazendo profissionais que atuam tanto na pesquisa quanto na prática de políticas públicas, garantindo um equilíbrio entre teoria e realidade vivida.

Ao olharmos para essa trajetória, percebemos que a mudança de foco não foi um abandono da missão original, mas uma **expansão natural** dela. Se antes nosso horizonte era fortalecer um tipo específico de instância participativa, agora trabalhamos para criar um ecossistema plural de participação e governança, que ultrapassa fronteiras e estimula a colaboração regional. Em resumo, a Escola de Cidadania e Governança Pública é, hoje, um espaço onde se cultivam competências, se fortalecem vínculos e se constrói uma cultura política mais aberta, mais inclusiva e mais preparada para os desafios do presente e do futuro.

2. O Contexto de Pompeia e da Região

Pompeia é uma cidade que carrega no próprio DNA o espírito inovador e a vocação para o desenvolvimento. Fundada em 17 de setembro de 1928 e emancipada em 30 de novembro de 1938, o município cresceu com um olhar sempre voltado ao futuro, equilibrando tradição comunitária e ousadia tecnológica. Localizada na região centro-oeste do Estado de São Paulo, com pouco mais de 20 mil habitantes segundo o último censo do IBGE, Pompeia consolidou-se como um polo industrial e educacional, um caso exemplar de como municípios de pequeno porte podem liderar transformações relevantes no território.

O grande vetor dessa história é, sem dúvida, o Grupo Jacto. A trajetória do fundador, Shunji Nishimura, é parte inseparável da identidade da cidade: um jovem que em meio à crise econômica no Japão, chegou ao Brasil em 1932 com

uma Bíblia, um diploma de técnico em mecânica e 100 dólares no bolso. Sua decisão de se instalar em Pompeia e fundar uma pequena oficina – que evoluiria para um grupo empresarial presente em cinco continentes – marcou para sempre a vocação da cidade para o empreendedorismo e a inovação.

Esse espírito também se materializou na criação de instituições de ensino de ponta. A **FATEC Pompeia - Shunji Nishimura** é a primeira no mundo a oferecer cursos como Mecanização em Agricultura de Precisão e Big Data no Agronegócio. O **SENAC Pompeia** complementa essa oferta, trazendo formações técnicas e profissionalizantes para diferentes setores. Juntas, essas instituições formam um ecossistema de educação e inovação que coloca a cidade no mapa nacional da capacitação de capital humano.

A Escola de Cidadania e Governança Pública se insere nesse mesmo contexto como mais uma peça fundamental dessa engrenagem de desenvolvimento. Assim como a FATEC e o SENAC qualificam profissionais para o mercado, a Escola forma cidadãos e lideranças para a vida pública. Ao incluir agora outras cidades da região, o programa fortalece a posição de Pompeia como referência regional, irradiando conhecimento, boas práticas e inspiração para municípios vizinhos.

3. Visão 2038: Um Planejamento Raro e Transformador

Planejar é uma tarefa desafiadora; planejar a longo prazo é um ato quase heroico no Brasil, onde a urgência do presente frequentemente consome as energias da gestão pública e da sociedade. É nesse cenário que o **Projeto Visão 2038** se destaca como uma experiência rara e inspiradora. Concebido e articulado com a sociedade civil local, o Visão 2038 tem um objetivo claro: transformar Pompeia na melhor cidade de pequeno porte do país até o seu centenário de emancipação.

O projeto é baseado em 11 objetivos estratégicos que abrangem desde a educação e a saúde até a responsabilidade ambiental, a segurança e os padrões éticos e espirituais da comunidade. A metodologia adotada envolve subgrupos temáticos, participação voluntária e uma filosofia de ação orgânica, colaborativa e sem ambições político-partidárias. É um exercício contínuo de governança participativa.

A Escola de Cidadania e Governança Pública é, hoje, um braço formativo desse planejamento. **Se a Visão 2038 aponta o destino, a Escola prepara os viajantes – cidadãos, lideranças, gestores – para o caminho.** Mais do que ensinar conceitos, ela desenvolve habilidades, cria redes e promove uma cultura de corresponsabilidade

que é essencial para que a visão se concretize. Em um país em que a maioria dos planos se limita a um ciclo de governo, trabalhar com um horizonte realmente longo é uma declaração de compromisso com o futuro.

4. O Papel do Investimento Social Privado (ISP)

O **Investimento Social Privado (ISP)** é mais do que uma fonte de recursos: é uma estratégia de desenvolvimento que conecta empresas, governos e sociedade civil em torno de um propósito comum. Segundo o Censo GIFE 2022, o ISP movimenta aproximadamente R\$ 5 bilhões anuais no Brasil, com foco crescente em educação, desenvolvimento comunitário e inovação social. Cada vez mais, o recurso privado é orientado para projetos estruturantes, de impacto duradouro, capazes de transformar realidades locais e regionais.

O **Grupo Jacto** e o **Instituto de Desenvolvimento Familiar Chieko Nishimura** são exemplos vivos dessa tendência. Ao apoiar a Escola de Cidadania e Governança Pública, eles demonstram que empresas não apenas podem, mas devem participar ativamente da construção de políticas públicas e do fortalecimento da cidadania. É uma forma moderna de responsabilidade social corporativa: em vez de ações pontuais, aposta-se na formação de capital humano, na qualificação das lideranças e na promoção da governança compartilhada.

Esse tipo de atuação é parte do que chamamos de **hibridismo institucional** — a ação conjunta e integrada entre o setor público, a iniciativa privada e o terceiro setor para enfrentar desafios comuns. Esse conceito foi incorporado ao nosso programa como um tema central porque acreditamos que os problemas públicos mais complexos não podem ser resolvidos isoladamente. A educação, a saúde, a segurança, o meio ambiente e tantas outras áreas exigem soluções que cruzem fronteiras institucionais e unam diferentes competências, recursos e visões.

O hibridismo institucional é também um antídoto contra a fragmentação das políticas públicas. Quando empresas, governos e organizações sociais se reconhecem como corresponsáveis por um território, o diálogo se intensifica, as iniciativas se articulam e os resultados se potencializam. Em Pompeia e na região, essa prática já é visível: o mesmo ecossistema que abriga empresas inovadoras, instituições de ensino de excelência e uma sociedade civil ativa agora conta com uma Escola que serve de ponto de encontro para todos esses atores.

Ao apostar nesse modelo, a Escola de Cidadania e Governança Pública ajuda a sedimentar uma cultura política em que o interesse coletivo se sobrepõe a disputas setoriais e em que a cooperação deixa de ser exceção para se tornar regra.

5. Módulos e Conteúdo Programático

O currículo da Escola foi organizado em três grandes módulos:

- ▶ **Princípios para Ação Social e Política:** março a maio de 2024
- ▶ **Política Municipal:** junho a setembro de 2024
- ▶ **Políticas Públicas:** outubro de 2024 a julho de 2025

Essa estrutura reflete um pensamento estratégico: começar pela base conceitual e ética da participação cidadã, avançar para a compreensão do funcionamento político e institucional dos municípios e, por fim, mergulhar na gestão de políticas públicas em áreas específicas.

Dois valores orientadores atravessam todo o conteúdo: **transversalidade** e **interdisciplinaridade**. A transversalidade parte do reconhecimento de que as políticas públicas não existem em compartimentos isolados. Saúde, educação, assistência social, segurança, meio ambiente e cultura se interconectam e se influenciam mutuamente. Trabalhar transversalmente significa incentivar que os participantes enxerguem essas conexões e busquem soluções integradas para problemas complexos.

Já a interdisciplinaridade é a metodologia que sustenta essa visão. Ela se manifesta na seleção de professores de diferentes áreas do conhecimento, na articulação de conteúdos teóricos com estudos de caso e na construção de atividades que envolvem múltiplos saberes. Ao longo do programa, um debate sobre mobilidade urbana pode incluir aspectos de saúde pública, meio ambiente e desenvolvimento econômico; uma discussão sobre educação pode abordar impactos sociais, culturais e até de segurança.

A curadoria de docentes é criteriosa: a Oficina Municipal prioriza profissionais com Mestrado e Doutorado em Administração Pública, Ciência Política, Direito e áreas correlatas, que também possuam experiência prática na gestão ou no acompanhamento de políticas públicas. Essa combinação garante que os participantes não recebam apenas conceitos abstratos, mas também aprendam

com experiências reais, desafios enfrentados no campo e soluções encontradas na prática.

Mais do que transmitir informações, nosso currículo é pensado para desenvolver competências que permitam ao participante atuar como **agente de integração** – alguém capaz de conectar áreas, setores e pessoas, promovendo uma governança pública mais coerente, eficiente e inclusiva.

6. Workshops e Encontros Presenciais

Se as aulas on-line garantem alcance e flexibilidade, os encontros presenciais são o coração pulsante da Escola. Realizados mensalmente no IDF, eles não apenas transmitem conteúdo: criam vínculos, estimulam a colaboração e fortalecem a confiança entre participantes de diferentes origens e municípios. É nesse ambiente que a formação deixa de ser um ato individual e se transforma em experiência coletiva.

Mais do que aulas expositivas, os workshops adotam **metodologias ativas**, uma abordagem essencial quando tratamos da **andragogia** – a “pedagogia” voltada à educação de adultos. Diferente do ensino tradicional, voltado para a transmissão unilateral de informações, a andragogia parte do princípio de que o adulto aprende melhor quando participa ativamente, relaciona o conteúdo à sua experiência prévia e vê aplicação prática imediata para o que está aprendendo. Por isso, os encontros presenciais da Escola são planejados para provocar reflexão, estimular a resolução colaborativa de problemas e colocar os participantes no centro do processo de aprendizagem.

Temas como diagnóstico de problemas públicos, definição de prioridades para agendas eleitorais, elaboração de projetos e planejamento de transição governamental são trabalhados com exercícios práticos, dinâmicas em grupo e estudos de caso reais. Ao mesmo tempo, esses encontros funcionam como “laboratórios sociais”, onde os participantes simulam tomadas de decisão, negociam prioridades e aprendem a lidar com divergências de forma construtiva.

O valor estratégico dos workshops vai além do conteúdo. É no intervalo para o café, na troca de olhares, nos pequenos grupos que se reúnem após as atividades, que surgem colaborações concretas, convites para reuniões comunitárias e ideias para novos projetos. A cada encontro, a rede de participantes se fortalece, e a sensação de pertencimento a um movimento maior se consolida. Ao final, todos saem não apenas mais bem informados, mas

mais conectados e motivados para agir.

7. Inovação e Agenda Estratégica

O destaque do biênio 2024-2025 é, sem dúvida, o trabalho preparatório para a **Conferência Municipal de Educação**. Mais do que um evento formal, a conferência é um marco no ciclo de planejamento educacional de qualquer cidade. Ela serve como espaço de avaliação, proposição e pactuação de políticas que, posteriormente, se desdobram no **Plano Municipal de Educação (PME)** e se articulam com os **Planos Estadual e Nacional de Educação**.

Pompeia, com o apoio da Escola de Cidadania e Governança Pública, se adiantou ao calendário nacional, estruturando debates e diagnósticos antes mesmo da aprovação da nova versão do PNE no Congresso Nacional. Isso significa que a cidade estará preparada para alinhar suas metas locais às diretrizes federais de forma mais ágil e consistente, evitando improvisos e ganhando tempo precioso na implementação de políticas.

A preparação para a conferência envolveu um conjunto de competências que são, por si só, lições para todas as áreas da gestão pública: organização de eventos participativos, redação de propostas, facilitação de debates, coleta de evidências, articulação entre governo e sociedade civil. Essas habilidades, uma vez treinadas no campo da educação, podem ser aplicadas em políticas de saúde, meio ambiente, assistência social, segurança e tantas outras áreas.

Trabalhar a educação como eixo de aprendizado para outras políticas públicas também carrega um simbolismo importante: trata-se de investir na base. É na educação que formamos o cidadão crítico, informado e participativo, capaz de compreender direitos e deveres e de se engajar no processo democrático. Ao colocar a conferência no centro de sua agenda estratégica, Pompeia reafirma que a qualidade da educação é não apenas um direito, mas uma ferramenta para transformar todo o ecossistema social.

8. Transição de Governo

O período entre 2024 e 2025 foi marcado também pela troca de prefeitos em diversos municípios participantes da Escola. Em contextos assim, é comum que projetos e políticas públicas sejam interrompidos ou distorcidos por disputas políticas. Para evitar isso, a transição de governo precisa ser encarada como um processo institucional, e não como um campo de batalha entre adversários.

Felizmente, algumas cidades já dispõem de leis municipais específicas para a transição governamental, prevendo prazos, procedimentos e responsabilidades de ambas as equipes — a que encerra o mandato e a que assume. Essas leis estabelecem, por exemplo, a obrigatoriedade de entrega de relatórios de gestão, a apresentação de balanços financeiros, a descrição de programas em andamento e o registro de contratos vigentes. Ao transformar a transição em um rito republicano, elas ajudam a preservar a continuidade das políticas públicas, proteger recursos e garantir que o interesse coletivo prevaleça sobre disputas partidárias.

Na Escola, abordamos a transição de governo como um momento estratégico de governança. Os participantes foram estimulados a pensar não apenas no que se deve entregar, mas em como construir pontes de diálogo, mesmo em cenários de divergência política. Discutimos casos de sucesso e fracasso, identificamos riscos comuns e exploramos ferramentas para mitigar tensões. A mensagem central é clara: quando a transição é bem conduzida, a cidade ganha. Ao preparar lideranças comunitárias, conselheiros e gestores para acompanhar e influenciar esse processo de forma construtiva, a Escola contribui para que mudanças de gestão não sejam sinônimo de retrocesso, mas de renovação saudável da vida política local.

9. Encerramento e Perspectivas

A formatura da turma ocorre em agosto de 2025, mas o encerramento formal do curso será apenas um marco simbólico. O verdadeiro resultado desse ciclo se medirá no impacto que cada participante levará para sua comunidade: na forma como participarão de reuniões, conselhos municipais, conferências, cobrarão transparência, proporão soluções e articularão colaborações.

Ao longo de 18 meses, a Escola formou uma rede intermunicipal de cidadãos e lideranças preparados para participar ativamente da vida pública, influenciar políticas e fortalecer o tecido democrático da região. É um legado que ultrapassa fronteiras geográficas e ciclos eleitorais.

Olhando para o futuro, uma nova dimensão se abre: depois de duas turmas voltadas para adultos, estamos mais preparados para dar um passo a mais e olhar para as novas gerações. Quem sabe, trabalhar com adolescentes e jovens seja o próximo passo ideal. Seria fundamental para consolidar os avanços conquistados e projetar uma democracia mais forte nas próximas décadas. Iniciar a formação cidadã cedo significa cultivar desde já a consciência crítica, o senso de pertencimento e a responsabilidade coletiva.

Assim, a perspectiva para os próximos anos é expandir a Escola não apenas em alcance geográfico, mas também em faixa etária, criando oportunidades para que estudantes conheçam de perto como funcionam a política, a gestão pública e a participação social. Afinal, a democracia não é um patrimônio herdado, mas uma construção contínua, e cada nova geração precisa aprender a cuidá-la e aperfeiçoá-la.

Encerramos este ciclo certos de que o trabalho realizado em 2024-2025 não é um ponto final, mas uma ponte para novas jornadas, novos públicos e novas formas de fortalecer a cidadania e a governança pública no território.



ECGP em números



104

ALUNOS FORMADOS



84

HORAS DE FORMAÇÃO



CIDADES
REPRESENTADAS

HERCULÂNDIA - SP

MARÍLIA - SP

ORIENTE - SP

PAULÓPOLIS - SP

PIACATU - SP

POMPEIA - SP

QUINTANA - SP

TUPÃ - SP



33

PROFESSORES



POR ESCOLARIDADE

GRADUAÇÃO: 04

PÓS-GRADUAÇÃO: 04

MESTRADO: 07

DOUTORADO: 15

PÓS-DOUTRADO: 03



Conteúdo

Todas as aulas estão disponíveis em:



Você está acessando a versão digital desse relatório?
Então clique aqui e acesse.



MÓDULO I

Grupo Focal 01 e 02

Associação Bê-a-bá do Cidadão

Organização que atua na promoção da cidadania ativa por meio da disseminação de conhecimentos sobre direitos e deveres.

Profa. Cynthia Krahenbuhl

Advogada pela PUC-SP. Fundadora e diretora da Associação Bê-a-Bá do Cidadão.

Profa. Carla Degaki

Advogada pela PUC-SP. Diretora e associada efetiva da Associação Bê-a-Bá do Cidadão.

Neste primeiro contato com a turma selecionada para participar da escola, o principal objetivo dos encontros foi criar um espaço de escuta qualificada e diálogo, permitindo reflexões sobre os desafios, expectativas e propostas relacionadas à formação cidadã e à atuação da Escola de Cidadania e Governança Pública. A iniciativa teve como foco compreender as necessidades reais dos alunos e suas expectativas de aprendizagem.

Cerimônia de Abertura

“Democracia Representativa e Democracia Participativa”

Profa. Vera Alves Cepêda

Pós-doutora em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Doutora e mestre em Ciência Política pela USP. Graduada em Ciências Sociais pela USP.

Durante a cerimônia de abertura, a professora discutiu como as iniciativas que buscam aproximar a sociedade civil do governo municipal e do ciclo de políticas públicas representam uma nova era da democracia em todo o mundo. Além disso, ela traçou a evolução da noção de democracia, especialmente ao considerarmos a transição do século XX para o século XXI. No contexto brasileiro, destacou a Constituição Federal de 1988 como um instrumento fundamental para criar, formalizar e valorizar espaços de participação popular e aproximação com o cidadão.

Aula 01

“Princípios da Democracia”

Prof. Bruno Silva

Doutorando, mestre e graduado em Ciências Sociais pela UNESP, Faculdade de Ciências e Letras / Araraquara.

Nesta aula, o professor explorou o que implica a escolha pela democracia, enfatizando a importância da pluralidade de opiniões e interesses, além do desafio de alcançar um entendimento comum. A aula apresentou uma reconstrução histórica da democracia, desde a democracia direta da Grécia Antiga, com suas limitações de participação, até a democracia indireta ou representativa moderna, que se desenvolveu a partir do século XVIII. Por fim, foram discutidos os desafios e transformações contemporâneos, como a relação entre representantes e representados, e os impactos das novas tecnologias de informação e comunicação.

Aula 02

“Pessoa e Comunidade”

Prof. José Mario Brasiliense Carneiro

Doutor em Administração de Empresas pela FGV-EAESP. Mestre em Administração Pública pela FGV-EAESP. Graduado em Direito pela USP. Fundador e Diretor-Presidente da Oficina Municipal.

Este conteúdo convidou a uma reflexão filosófica e antropológica sobre o ser humano e sua vivência em coletividade, fundamentando-se na obra de Edith Stein. Utilizando o método fenomenológico, o professor explora a constituição integral da pessoa (corpo, psique e espírito), sua singularidade e formação, ressaltando a importância das vivências universais e da empatia como base das relações humanas. Ele diferencia os tipos de agrupamentos – massa, sociedade e comunidade – e enfatiza que a verdadeira comunidade é um espaço de acolhimento, desenvolvimento e realização pessoal, sustentada por líderes conscientes e vínculos profundos. Por fim, relacionou esses conceitos à governança pública, defendendo que as políticas municipais devem partir da pessoalidade e da escuta ativa das comunidades.

Aula 03

“Formatos de participação social na prática”

Profa. Tamara Crantschaninov

Doutora em Administração Pública e Governo (EAESP/ FGV).

Na aula, a professora discutiu os diversos formatos de participação social na prática, destacando como cidadãos e grupos organizados influenciam políticas públicas além do voto. Ela explorou mecanismos como conselhos gestores, audiências públicas, iniciativas populares e manifestações, explicando como cada um deles permite a atuação direta da sociedade na tomada de decisões.



Aula 04

“Direitos fundamentais e políticas públicas”

Profa. Thais Novaes Cavalcanti

Pós doutora pela Universidade de Bolonha. Doutora e Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Master em Teologia pela Pontificia Università Lateranense de Roma - Itália.

Esse encontro abordou a evolução histórica e conceitual dos direitos fundamentais, destacando suas múltiplas dimensões – da liberdade individual à solidariedade coletiva e à proteção da natureza. Com base na teoria das capacidades de Amartya Sen, a aula propôs uma visão ética do desenvolvimento humano centrada na liberdade e na autonomia da pessoa. Além disso, discutiu a transição do modelo de Estado assistencialista para o Estado Subsidiário, que valoriza a atuação da sociedade civil e reconhece a pessoa como agente capaz. A efetivação dos direitos sociais é vista como uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade.

MÓDULO II

Workshop Presencial I

"Método para diagnóstico de problemas públicos" - parte 1

Prof. Marcos Pó

Doutor e mestre em Administração Pública e Governo pela FGV/SP. Graduado em engenharia elétrica.

Neste workshop, foi apresentado a metodologia ZOPP (Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos), que foi combinada com ferramentas como a Árvore de Problemas e o Quadro Lógico. O objetivo é auxiliar na elaboração de projetos públicos mais eficazes e integrados. Os alunos foram convidados a construir uma árvore de problemas em grupo.

Aula 01

"Município e Federalismo no Brasil"

Prof. Leandro Consentino

Doutor e Mestre em Ciência Política e Bacharel em Relações Internacionais pela USP.

Nesta aula, foi realizada uma análise histórica e conceitual do federalismo, destacando sua origem nos Estados Unidos e sua evolução no Brasil desde o período colonial até a Constituição de 1988. Além disso, foi explicada a estrutura federativa brasileira, composta por União, Estados, Distrito Federal e Municípios, detalhando as competências municipais, tanto explícitas quanto implícitas, com foco no interesse local. A aula também abordou os desafios enfrentados pelos municípios, especialmente os de pequeno porte, que frequentemente carecem de autonomia financeira e administrativa, evidenciando a necessidade de revisão do pacto federativo. Por fim, foi proposta uma reflexão sobre o papel do cidadão na reconstrução da confiança e da gestão municipal, enfatizando a participação democrática e a construção de um legado coletivo.



Aula 02

“Governabilidade Municipal”

Prof. Bruno Silva

Doutorando, mestre e graduado em Ciências Sociais pela UNESP, Faculdade de Ciências e Letras / Araraquara.

O professor apresentou o funcionamento das câmaras municipais brasileiras, destacando a estrutura legislativa, os limites de gastos, o número de vereadores conforme a população e o papel fiscalizador e legislativo dos parlamentares locais. A apresentação também analisou o perfil dos vereadores, revelando como eles são procurados pela população, quais demandas recebem e como respondem a elas. A governabilidade municipal foi discutida como um desafio influenciado por instituições formais e informais, com ênfase na complexidade da representação política local e na relação entre vereadores e prefeitos.



Workshop Presencial II

"Método para diagnóstico de problemas públicos" - parte 2

Equipe Oficina Municipal

Escola de Cidadania e Gestão Pública que realiza atividades de formação humana e capacitação técnica voltadas às pessoas que se dedicam à gestão de políticas públicas municipais.

Este segundo encontro teve o objetivo de continuar a apresentação do uso combinado do Método ZOPP e do Quadro Lógico como ferramentas estratégicas para o planejamento de políticas públicas e projetos. O Quadro Lógico é apresentado como uma matriz que organiza metas, indicadores, atividades e pressupostos, facilitando a gestão, o monitoramento e a avaliação de projetos. Os alunos foram convidados a construir um Quadro Lógico a partir da árvore de problemas elaborada na parte 1 deste workshop.

Aula 03

"Partidos Políticos"

Profa. Joyce Luz

Doutora e mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da USP. É graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

A aula ministrada explorou o papel dos partidos políticos no Brasil, destacando suas funções essenciais, como representação, formulação de políticas, participação eleitoral, educação política e articulação de demandas sociais. Além disso, foi analisado como as instituições, como o regime de governo, sistema eleitoral, sistema político e legislação, moldam a estrutura e o funcionamento dos partidos. Ademais, a evolução histórica do sistema partidário brasileiro foi abordada, discutindo a Lei dos Partidos de 1995, a Lei das Eleições de 1997, o fim do financiamento privado de campanhas e das coligações proporcionais, evidenciando os impactos dessas mudanças na representatividade e organização partidária.

Workshop Presencial III

"Apontando prioridades para a agenda eleitoral do município" - parte 1

Equipe Oficina Municipal

Escola de Cidadania e Gestão Pública que realiza atividades de formação humana e capacitação técnica voltadas às pessoas que se dedicam à gestão de políticas públicas municipais.

Após aprenderem sobre o Método Zopp e Árvore de Problemas, os alunos vivenciaram a metodologia na prática resolvendo problemas públicos e elaborando projetos.



Aula 04

"Eleições"

Profa. Lara Mesquita

Doutora em Ciência Política pelo IESP-UERJ, mestre em Ciência Política pela USP.

Nesta aula, foi abordado o papel das eleições como mecanismo central da democracia, destacando sua função de legitimar governos e evitar conflitos violentos. A aula detalhou as atribuições de prefeitos e vereadores, os diferentes sistemas de votação (majoritário e proporcional) e o funcionamento do quociente eleitoral e partidário. Também foram discutidos o financiamento das campanhas, os limites de gastos e as regras legais que regulam o processo eleitoral, reforçando a importância da participação cidadã e da compreensão do sistema político para o fortalecimento da democracia.

Workshop Presencial IV

"Apontando prioridades para a agenda eleitoral do município" - parte 2

Equipe Oficina Municipal

Escola de Cidadania e Gestão Pública que realiza atividades de formação humana e capacitação técnica voltadas às pessoas que se dedicam à gestão de políticas públicas municipais.

Continuidade da aplicação metodológica do Método Zopp e da Árvore de Problemas para resolução de problemas públicos e elaboração de projetos.



MÓDULO III

Aula 01

"Políticas Públicas de Educação"

Profa. Gabriela Moriconi

Administradora Pública, com mestrado e doutorado em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP.

Prof. Rodnei Pereira

Doutor em Educação: Psicologia da Educação (PUC-SP), com pós-doutorado em Educação: Formação de Formadores (PUC-SP).

Na aula dedicada às políticas públicas de educação, os professores exploraram como essas políticas são formuladas, implementadas e avaliadas no contexto brasileiro, com ênfase na garantia do direito à educação e na redução das desigualdades sociais. Foram discutidos os principais marcos legais, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação, além de programas significativos como o Fundeb, ProUni e Bolsa Família.



Evento Estratégico Presencial

"A transversalidade nas Políticas Públicas"

Prof. Fernando Coelho

Doutor e Mestre em Administração Pública e Governo pela FGV-SP e Economista pela FEARP-USP.

O professor abordou a transversalidade como uma abordagem integrada e intersetorial na formulação e implementação de políticas públicas. Ele ressaltou a necessidade de superar estruturas burocráticas fragmentadas, promovendo a articulação entre diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social e direitos humanos. A aula enfatizou que problemas sociais complexos exigem soluções que envolvam múltiplos atores, sendo a transversalidade essencial para garantir equidade, inclusão e eficácia nas ações públicas.

Aula 02

"Políticas Públicas de Saúde"

Profa. Ana Maria Malik

Médica, Doutora em medicina e Mestre em administração.

Esta aula analisou as políticas públicas de saúde, focando na construção histórica e nos princípios que fundamentam o Sistema Único de Saúde (SUS). Ela destacou a relevância da Reforma Sanitária e da Constituição de 1988, que assegurou o direito universal à saúde no Brasil.

Workshop Presencial I

"Transição de Governo - Memorial de Gestão"

Profa. Mirian Pereira

Especialista e Mestra em Administração Pública.

Nesse encontro, a professora explicou os principais aspectos que envolvem o processo de transição no setor público, destacando sua importância para garantir continuidade administrativa e transparência entre gestões. A aula enfatizou que uma transição bem planejada é crucial para preservar políticas públicas, assegurar o funcionamento dos serviços e fortalecer a confiança institucional.

Aula 03

"Políticas Públicas de Assistência Social"

Profa. Abigail Torres

Mestre e Doutora em Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais pela PUC/SP. Graduada em Serviço Social pela PUC/SP.

A aula abordou os fundamentos e desafios das políticas públicas de Assistência Social no âmbito municipal, com foco no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além disso, ela destacou a importância da atuação conjunta entre a sociedade civil e o governo, enfatizando a assistência como um direito e uma conquista civilizatória voltada à proteção de grupos vulneráveis. A sociedade é convocada a participar ativamente por meio do controle social e da promoção de convivências democráticas, fortalecendo a democracia e as responsabilidades coletivas.

Aula 04

"Segurança Pública"

Prof. José Roberto Rodrigues

Doutor em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, MBA Executivo pelo Insper. Coronel da Reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Esta temática apresentou uma análise histórica e conceitual da segurança pública, destacando sua evolução desde a pré-história até a contemporaneidade. O professor enfatizou a transição de modelos repressivos para abordagens preventivas, com foco na criminologia moderna e na prevenção social do delito. A implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a atuação integrada entre União, Estados e Municípios são centrais para a gestão eficiente da segurança. A aula também explorou estratégias urbanas, como o CPTED (prevenção do crime através do desenho ambiental), o papel dos conselhos municipais de segurança e experiências internacionais.



Evento Estratégico Presencial II

"Hibridismo Institucional"

Profa. Andrea Pineda

Doutora em Administração Pública pela EAESP/FGV. Mestre em Linguística Aplicada pelo LAEL da PUC SP.

Neste encontro sobre hibridismo institucional, a professora discutiu como a articulação entre sociedade civil, iniciativa privada e governos locais é essencial para enfrentar problemas públicos complexos. Ela destacou o papel das organizações da sociedade civil como coordenadoras de ações de impacto, e o investimento social privado como uma ferramenta estratégica para fomentar o desenvolvimento comunitário e fortalecer lideranças locais. A aula enfatizou que, ao atuarem em conjunto, esses atores podem potencializar as vocações de cada território, promovendo soluções sustentáveis e contextualizadas.

Aula 05

"Meio Ambiente"

Profa. Sylmara Dias

Doutora em Ciência Ambiental pelo Programa de Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM-USP). Doutora em Administração pela FGV-EAESP.

A aula explorou o desenvolvimento de políticas públicas ambientais adaptadas à realidade local de municípios pequenos, articulando os conceitos de justiça climática participativa, gestão integrada de resíduos sólidos urbanos e letramento climático comunitário. Ela também focou muito nos temas de Consumo, Resíduos e Circularidades, abordando impactos, prevenção, reaproveitamento e política pública fragmentada, além de reflexões sobre a gestão de resíduos orgânicos urbanos a partir de uma perspectiva histórica e institucional. A aula mostra a importância do diagnóstico local (mapeamento participativo das vulnerabilidades e resíduos), o quanto estratégica pode ser a proposição de ações como compostagem comunitária, programas educativos nas escolas e construção colaborativa de indicadores de sustentabilidade adaptados à conjuntura municipal.

Aula 06

"Cultura"

Prof. Ivan Montanari

Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela USP e especialista em Gestão e Políticas Culturais pela Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Cooperação da Universidade de Girona (Espanha).

A aula de Ivan Montanari sobre políticas públicas de cultura no município apresentou um panorama abrangente das ações culturais, divididas em formação, difusão, infraestrutura, fomento e preservação. O professor destacou o papel do Sistema Nacional de Cultura (SNC) como uma estrutura colaborativa entre os entes federativos e a sociedade civil, visando garantir o pleno exercício dos direitos culturais. Foram abordados instrumentos como leis de incentivo, editais e fundos de cultura, além das experiências com as Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, que ampliaram o acesso e o financiamento ao setor cultural.

Workshop Presencial III

"Sistema Nacional de Conferências e Participação Social"

Profa. Gabriela de Brelaz

Graduada em Administração (2000), Mestre (2007) e Doutora (2012) em Administração Pública e Governo pela FGV EAESP.

Apresentou um estudo sobre os diversos formatos de participação social existentes. Além disso, abordou o Sistema Nacional de Conferências como um mecanismo essencial de participação cidadã na formulação e avaliação de políticas públicas no Brasil. Com base na Constituição de 1988 e em teorias sobre os níveis de participação, a aula explora como as conferências realizadas em etapas municipais, estaduais e nacionais funcionam como espaços democráticos que reúnem sociedade civil e governo para debater temas relevantes, eleger representantes e influenciar decisões governamentais. Ademais, são discutidos os desafios de engajamento, representatividade e efetividade desses espaços, bem como estratégias para fortalecer sua legitimidade e impacto.



Aula 07

"Trânsito e Mobilidade Urbana"

Prof. Marcos Bicalho

Arquiteto e Urbanista (USP 1983) e Mestre em Administração Pública (FGV 1993).

O professor discutiu os principais desafios e estratégias para promover deslocamentos mais seguros, eficientes e sustentáveis nas cidades brasileiras. A aula também enfatizou a necessidade de planejamento participativo, gestão democrática e investimentos em infraestrutura para garantir acessibilidade, inclusão social e qualidade de vida nos territórios urbanos.

Aula 08

"Pessoa com Deficiência"

Prof. Lincoln Tavares

Educador, Jornalista e Pós-Graduado em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela PUC-RS.

O professor nos brindou com um descritivo da evolução histórica e legal dos direitos da pessoa com deficiência no Brasil e no mundo (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Convenção da ONU e legislação correlata), deu exemplos de programas municipais de inclusão e acessibilidade, e estratégias de implementação em contextos de menor estrutura administrativa. Ele também explorou temas como linguagem inclusiva, acessibilidade urbana e arquitetônica, transporte público adaptado, inclusão no mercado de trabalho, educação inclusiva e serviços de saúde especializados, destacando como políticas intersectoriais podem ser planejadas mesmo em municípios pequenos, com baixo orçamento.

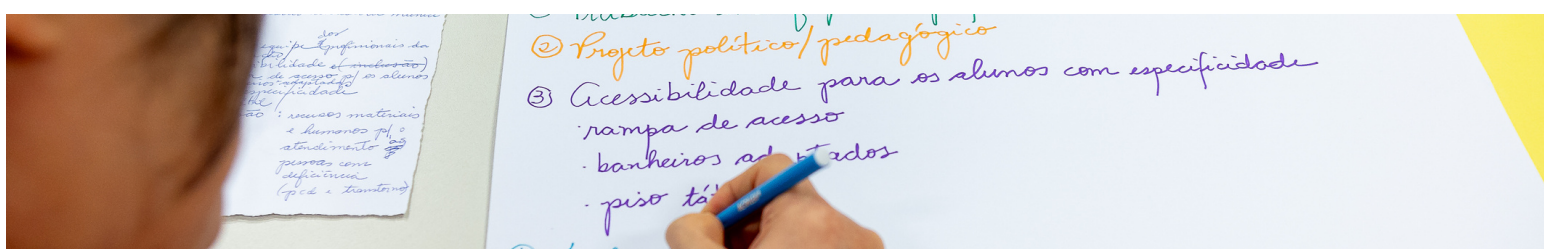
Workshop Presencial IV

"Conferência Municipal de Educação"

Profa. Fatima Antonio

Jornalista, Professora de História, Pedagoga e Pós-graduada em Gestão da Educação Pública pela UNIFESP.

Neste encontro, a professora trata da Conferência Municipal de Educação como um instrumento fundamental para o planejamento e avaliação das políticas educacionais locais. Ela apresenta o histórico e os marcos legais dos Planos de Educação no Brasil, destacando o papel do Plano Nacional e do Plano Municipal de Educação de Pompéia. A aula enfatiza a importância da participação democrática por meio de fóruns e conferências como espaços de escuta, construção coletiva e monitoramento das metas educacionais. Também são discutidas estratégias para garantir a inclusão, representatividade e efetividade desses processos na formulação do novo plano municipal.



Aula 09

"Combate a álcool e drogas"

Prof. José Paulo Lotufo

Doutor em Pediatria pela USP.

O professor abordou os princípios e estratégias que orientam a atuação do Estado frente a esse desafio social. Ele destacou a importância de políticas integradas que envolvam prevenção, tratamento, reinserção social e redução de danos, com foco na promoção da saúde e dos direitos humanos. O professor reforçou que o enfrentamento ao uso abusivo de substâncias exige ações intersetoriais, sensibilidade social e compromisso com a dignidade dos indivíduos.



Workshop Presencial V

"Construção do texto base da Conferência Municipal de Educação"

Prof. Gabriel Pesce

Bacharel em Direito com especialização na área de Empresas pela USP.

Em uma aula totalmente prática, o professor realizou duas atividades com os alunos com o intuito de construir o texto base da conferência municipal de educação. A primeira identificou quais desafios apresentados no Plano Municipal de Educação de Pompeia ainda persistem, ou seja, em que medida os problemas apontados há dez anos ainda permanecem sem solução. Já na segunda atividade foram identificados novos desafios para a educação no município, que devem ser debatidos na Conferência e, posteriormente, incorporados como metas e objetivos no futuro plano.

Aula 10

"Pessoa Idosa"

Profa. Tatiane Andrade

Gerontóloga e Assistente Social, com Mestrado em Gerontologia pela USP.

A aula da Profa. Tatiane Andrade abordou as políticas públicas voltadas à pessoa idosa no município, destacando o envelhecimento como um processo natural, individual e heterogêneo, e a velhice como uma fase que exige atenção integral. Foram discutidos os desafios do cuidado, o papel da família, do Estado e da comunidade, e o enfrentamento ao idadismo. A aula enfatizou a importância de legislações e apresentou estratégias intersetoriais e iniciativas que estimulam ações concretas para promover o envelhecimento ativo e combater a negligência e a violência contra essa população.



Workshop VII

"Conferência Municipal de Educação: encontro preparatório final"

Associação Bê-a-bá do Cidadão

Organização que atua na promoção da cidadania ativa por meio da disseminação de conhecimentos sobre direitos e deveres.

Profa. Cynthia Krahenbuhl

Advogada pela PUC-SP. Fundadora e diretora da Associação Bê-a-Bá do Cidadão.

Profa. Carla Degaki

Advogada pela PUC-SP. Diretora e associada efetiva da Associação Bê-a-Bá do Cidadão.

Neste último workshop, o intuito foi de continuar a preparar os participantes para a Conferência Municipal de Educação de Pompeia/SP. As atividades aplicadas resultaram na elaboração coletiva de uma carta de apoio à realização da Conferência Municipal de Educação de Pompeia que foi entregue ao Prefeito do município.



Coordenação Técnica

Diretor-Presidente

Gerente de Projetos

Coordenadora de Projetos

Analista de Projetos

Assistente de Projetos

Equipe Administrativa

Estagiária

Oficina Municipal

José Mario Brasiliense Carneiro

Eder Brito

Raphaella Burti

Lidiane Souza Santos

Olívia Dórea

Denis Garcia

Lilian Almeida

Ana Luisa Scudeler Martino

Instituto de Desenvolvimento Familiar - Chieko Nishimura

Presidente

Jorge Nishimura

Membros do Grupo Pompeia Visão 2038

Coordenador Geral

Eduardo Almeida

Secretária

Priscila Almeida

Nossa gratidão aos Acionistas do Grupo Jacto.

Agradecimentos pela participação e apoio da Prefeitura Municipal de Pompeia.



Escola de Cidadania e Governança Pública

oficina **municipal**
escola de cidadania e gestão pública



 **KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG**



**CIDADE DE
POMPEIA**
GOVERNO 2021/2024
Prepisa para todos!



**INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO
FAMILIAR**
CHIEKO NISHIMURA

